

A photograph of a wooden boat on a river. In the foreground, two large, colorful fish (possibly piranhas) are lying on the boat. In the background, two people are sitting in the boat, one wearing a red shirt and the other a grey shirt. The boat is on a wide river with a forested bank in the distance. The sky is blue with some clouds. The text is overlaid on a dark, patterned banner at the top of the image.

A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO
TERRITORIAL E MANEJO PESQUEIRO NAS
TERRAS INDÍGENAS PAUMARI
DO RIO TAPAUÁ

KHAI ANIAKI AKADI ARABO AHOJANA
ESTAMOS FELIZES NAS NOSSAS TERRAS







Coordenação Executiva OPAN

Ivar Luiz V. Busatto
Coordenação Geral

Rochele Fiorini
Coordenação Financeira

Lola Rebollar
Coordenação Técnica

Programa Amazonas - Equipe Purus

Carla Ninos
Carlos Rodrigues Araújo
Diogo Henrique Giroto
Francisco Pinheiro de Souza
Gustavo F. Viviane Silveira
Magno de Lima dos Santos
Vinicius Benites Alves

Autor
Marcelo Horta Messias Franco

Colaboração

Gustavo F. Viviani Silveira
Magno Lima dos Santos
Diogo Henrique Giroto
Vinicius Benites Alves
Carlos Rodrigues Araújo
Germano Chagas Cassiano da Silva Paumari
Eugenio Lamego de Souza Paumari
Clemildo Francisco Adolfo de Lima Paumari
Francisco da Silva Oliveira
André Pinasi Antunes
Eduardo Matheus von Mühlen
Felipe Rossoni Cardoso
Eduardo Martins Venticinque
Fernando Figueiredo
Marcelo Augusto dos Santos Junior

Revisão

Andreia Fanzeres
Carla Ninos
Ivar Luiz V. Busatto

A experiência de gestão territorial e manejo pesqueiro nas Terras Indígenas Paumari do rio Tapauá.

Khai Aniaki Akadi Arabo Ahojana
“Estamos felizes nas nossas terras”

Foto da capa:
Adriano Gambarini/OPAN

Ilustrações:
Erica Bettiol

Projeto gráfico e Editoração
(Os grafismos da cestaria Paumari ilustram todo o livro):
Ricardo Luciano

Operação Amazônia Nativa - OPAN, 2015
1500 Exemplares.
64 Páginas.

ISBN 978-85-67133-10-2
1. indígena 2. gestão 3. manejo

Realização:




Apoio institucional:



Patrocínio:





A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO
TERRITORIAL E MANEJO PESQUEIRO NAS
TERRAS INDÍGENAS PAUMARI
DO RIO TAPAUÁ

KHAI ANIAKI AKADI ARABO AHOJANA
ESTAMOS FELIZES NAS NOSSAS TERRAS

MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN
AMAZONAS, 2015

SUMÁRIO

✘ Lista de siglas.	07
✘ Lista de figuras.	07
✘ Lista de tabelas.	07
✘ Apresentação.	09
✘ O povo Paumari	10
✘ Histórico da OPAN e a parceria com o povo Paumari.	13
✘ O território reconhecido pelo Estado brasileiro.	15
✘ O trabalho de vigilância territorial.	19
✘ Projeto PPTAL.	22
✘ Linha do tempo da gestão territorial Paumari da região de Tapauá.	23
✘ Projeto Aldeias.	25
✘ Construção coletiva do Plano de Gestão Territorial Paumari.	28
✘ Passo a passo da gestão territorial Paumari.	29
✘ Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira.	30
✘ A importância do monitoramento da fauna nas terras indígenas Paumari.	32

✘ Registro audiovisual e o envolvimento dos jovens.....	33
✘ Manejo pesqueiro.....	35
✘ Papel do Ibama no manejo do pirarucu na Amazônia.....	36
✘ O manejo participativo do pirarucu nas terras Paumari.....	37
✘ Ciclo do manejo do pirarucu Paumari.....	39
✘ Projeto Raízes do Purus.....	42
✘ “Estamos felizes na nossa terra”.....	44
✘ Lições aprendidas e apontamentos para o futuro.....	45
✘ A importância das parcerias.....	47
✘ O papel da OPAN.....	47
✘ O papel da Coopmas.....	48
✘ O papel da Funai.....	49
✘ O papel do IPI.....	50
✘ O papel da CSF.....	51
✘ O papel do ICV.....	51
✘ O papel do IDSM.....	52
✘ ANEXO: Monitoramento de fauna Paumari.....	53
✘ Métodos utilizados no monitoramento da fauna.....	55
✘ Uma rica troca de saberes.....	57
✘ Necessidade de revisão dos atuais limites territoriais das TIs Paumari do Tapauá.....	59
✘ Referências.....	61

LISTA DE SIGLAS

AFLORAM – Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
CDH – Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CGIIRC - Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato
COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CR – Coordenação Regional
CSF – Conservação Estratégica
ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia
FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
FORTIS – Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GPS – Global Position System
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICV – Instituto Centro de Vida
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IPI – Instituto Piagaçu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
OPAN – Operação Amazônia Nativa
OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus
PDPI – Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNGATI- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
RESEX – Reserva Extrativista
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SIG – Sistema de Informação Geográfica
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização das Terras Indígenas Paumari do rio Tapauá

Figura 2: Monitoramento do estoque do Pirarucu (*Arapaima gigas*) nas TIs Paumari do rio Tapauá

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Números da comercialização do Pirarucu manejado – ano 1 (2013)

Tabela 2 - Números da comercialização do Pirarucu manejado – ano 2 (2014)

Tabela 3 - Quantidade de peixes monitorados nos lagos por ano.



APRESENTAÇÃO

A forma como um povo se relaciona com o meio em que vive, ou seja, com sua terra, seus lagos, rios, igarapés e floresta, em muito influencia no modo como as gerações futuras permanecerão usufruindo com qualidade desses mesmos recursos.

Sujeitados a um longo e destrutivo processo de colonização, marcado pela exploração desenfreada dos recursos naturais existentes em seu território, o povo indígena Paumari do rio Tapauá, um afluente do rio Purus no oeste amazônico, viu ameaçado o seu modo tradicional de vida a partir do momento em que um sistema econômico estranho passou a influenciá-lo constantemente, causando desagregação social.

A presente publicação visa trazer a rica experiência de todo o processo da reconquista da autonomia territorial do povo Paumari, que também significa a reconquista de sua autoestima enquanto povo. Este objetivo foi alcançado através de uma parceria profícua e duradoura entre o povo Paumari, a OPAN e demais parceiros que fazem parte dessa longa caminhada. O povo Paumari visualizou que o processo administrativo demarcatório e de registro de suas terras foi importante, mas a gestão ambiental e territorial do local onde moram era algo caro ao bem-estar de filhos e netos. Através do diálogo e amarrações internas, por meio de muitas reuniões e conversas entre as comunidades locais, foram possíveis realizações nas quais muitos não acreditavam e poucos apostavam. Construir coletivamente o seu Plano de Gestão Territorial, fazer a vigilância de suas terras, entendendo e cobrando do governo a necessidade da revisão e ampliação das mesmas, realizar de forma consecutiva e transparente o manejo de seus lagos, tornando-se uma referência nacional em projetos de manejo e comercialização do pirarucu proveniente de terras indígenas, tudo isso foi possível para o povo Paumari das Terras Indígenas (TI) Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do rio Cuniuá e para quem acreditou junto. Hoje, eles podem se orgulhar de estar podendo contar essa história.

O POVO PAUMARI

Nomeados como *abadeni* pelo povo Deni, *abamade* pelos Suruwaha¹ e apelidados por muitos como 'povo das águas', o povo Paumari faz jus à sua fama de pescador, vocação e habilidade transmitidas de geração a geração: o jeito de se fazer um arpão, a técnica certa de arpoar, de flechar um peixe, capturar um bicho de casco, abater um pirarucu e o *boma* (peixe-boi). É orgulho para o povo Paumari saber realizar as atividades de seus bisavós com a habilidade que garante a fartura das aldeias, sobretudo em festas como o *Amamajo*².

O povo Paumari, *pamoari* ou *ija ari*, na língua mãe, habita desde tempos imemoriais a região do Médio Purus, ou Cuxiuara, longo e sinuoso rio tardiamente navegado pelos buscadores das chamadas “drogas do sertão” pelos idos do século XVIII (KROEMER, 1985). Foi entre os anos de 1862 e 1881 que exploradores como Manuel Urbano da Encarnação e o “coronel” maranhense Antonio Rodrigues Pereira Labre fixaram-se nas localidades onde hoje situam-se os municípios de Canutama e Lábrea, trazendo em poucos anos impactos irreversíveis para os povos tradicionais da região.

O povo Paumari tradicionalmente não construía suas aldeias em bases fixas, no formato das vilas e comunidades hoje conhecidas. Suas moradias tradicionais eram casas flutuantes, situadas nos lagos e rios. O povo Paumari deslocava-se de acordo com o regime de cheias e vazantes da bacia fluvial, a partir das possibilidades da pesca e com o incômodo decorrente das pragas naturais.

O professor Joel Paumari, da aldeia São Clemente, assim escreveu sobre o histórico recente de seu povo³:

"Antes de 1920, nós do povo Paumari vivíamos muito bem só pescando, fazendo nossas festas, nossos rituais e comendo nossas

comidas típicas, peixes, bichos de casco, pirarucu e peixe-boi misturado com banana comprida, sem preocupação de comprar e vender.

Nós não tínhamos lugar certo para morar. De inverno morávamos em pequenos flutuantes, de verão ficávamos nas praias, já tínhamos nossas 'toldinhas' feitas de palhas. Quando anoitecia removia-se a 'toldinha' da canoa e montava na praia para dormir.

A vovó Nazaré sempre me contava que nós, Paumari, ocupávamos a margem deste rio Purus, desde do rio Sepatini ao rio Ituxi até Lábrea. Tanto é que em Lábrea tem o barranco da Catita, em homenagem à uma mulher paumari chamada de Catita. Vovó também nos falou que todos esses lagos da beira deste rio Purus eram cheios de Paumari.

Em época de festas, nós participávamos das festas dos parentes Paumari do rio Tapauá. Assim, eles também vinham participar das nossas festas, levando meses de viagem para chegar até o local da festa.

De 1920 a 1921, com a chegada dos seringalistas, começamos a sofrer perseguição e invasão de nossas terras.

Vivemos momentos de sofrimento contra as doenças, agressões com as nossas mulheres, explorando os nossos avós, tios, usando como seus escravos, pescando para seus trabalhadores. Às vezes, eles chegavam nos nossos pequenos flutuantes e nos expulsavam, levando nossos ranchos. Também nos contaminaram com as doenças que não conhecíamos como sarampo, varicela e outras. Em 1928 e 1929, nós, povo Paumari, fomos quase extintos, vítimas de epidemias de sarampo e varicela (...)"

¹Tanto “Abadeni”, quanto “Abamade”, significam “Povo-peixe” em ambas as línguas do tronco lingüístico Arawá.

²Ritual de passagem da menina jovem para a vida adulta (arquivo OPAN).

³Arquivo OPAN – Seminário Regional da OPAN, Lábrea, outubro de 2006.


Toda essa situação de desestruturação e dizimação do povo Paumari acabou levando à fixação dos grupos em aldeamentos, principalmente nos rios Tapauá, Cuniuá, Ipixuna, Ituxi e Purus, e também em grandes lagos como Marahã, Manissuã, Estirão e Paricá.

O reconhecimento e a demarcação das terras pelo governo, através da ação indigenista da Funai, deram alguma segurança para os Paumari, mas de maneira nenhuma permitiu que diminuísse a pressão externa sobre seus recursos naturais, especialmente o pescado. A frota pesqueira vem de Manaus, Manacapuru, Canutama e Tapauá, que são municípios com vocação econômica pesqueira. Durante várias décadas todos utilizaram os lagos, rios e igapós sem preocupação com o futuro e muito menos com o povo que ali habita em suas aldeias e em seus flutuantes. Isso levou a uma situação crítica com o desaparecimento de algumas espécies como o tambaqui e a pirapitinga, uma enorme dificuldade em encontrar peixes em determinados períodos do ano e até mesmo situações de fome nas aldeias. Os barqueiros profissionais de fora faziam “acordos” com alguns indígenas, também recrutavam jovens para o trabalho nos barcos pesqueiros, o que significava ganhar pouco, trabalhar muito e ficar longe das famílias.





HISTÓRICO DA OPAN E A PARCERIA COM O POVO PAUMARI



A Operação Amazônia Nativa (OPAN) é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso. Fundada em fevereiro de 1969, a OPAN desenvolve projetos de trabalho junto aos povos indígenas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

O objetivo da OPAN é apoiar esses povos, colaborando para a valorização e o fortalecimento de seus modos de organização social, expressão cultural, das formas de proteção de suas terras e patrimônios, favorecendo a autonomia e o controle social.⁴ Nas palavras do coordenador geral da OPAN, Ivar Busatto:

“A OPAN está aí desde que Thomás de Aquino Lisboa e Egydio Schwade, dois jovens jesuítas naturais do Rio Grande do Sul, seguiram rumo ao estado de Mato Grosso com a intenção de conviver com os índios da região. Historicamente, as bases da intervenção da OPAN estavam pautadas pela melhoria da infraestrutura para acompanhamento e convívio com esses povos, com a finalidade de conhecer e compreender a vida deles e lutar pela conquista de seus direitos fundamentais. O trabalho da OPAN, deste modo, sempre esteve voltado à promoção dos direitos dos povos indígenas, afirmando a possibilidade de coexistência e combatendo o etnocentrismo vigente na sociedade, algo que naquela época era ainda mais desafiador e impactante”⁵.

Nas regiões dos rios Juruá e Purus, a OPAN estava presente, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), já a partir das décadas de 70 e 80, atuando junto aos povos Apurinã, Jamamadi, Kulina, Paumari e Suruwaha. Os projetos eram desenhados de modo a realizar um acompanhamento da situação vulnerável dos povos, sobretudo na área da saúde.

As equipes indigenistas eram pequenas e contavam com poucos recursos. Com o auxílio das pastorais da igreja católica, cedendo sua estrutura como embarcações e moradia, a OPAN seguia, juntamente com as equipes do CIMI, acompanhando a realidade indígena amazônica (SCHROEDER, 2009).

A partir da década de 90, com o avanço da política indigenista brasileira por meio das conquistas da Constituição Federal de 1988, ganharam força as ações em prol da oficialização pelo Estado da demarcação dos territórios indígenas, condição fundamental para o resguardo do direito à dignidade e autonomia desses povos assegurados no capítulo VIII, Artigos 231 e 232 da Carta Magna.

Na região do rio Tapauá, desde o ano de 1992 a OPAN discutia junto com o povo Paumari as pautas da saúde indígena, educação diferenciada, cultura indígena e demarcação territorial, esta última no sentido de cessar as constantes investidas externas em busca de madeira, pescado e outros recursos naturais dentro de uma lógica totalmente desleal e

⁴ Fonte: <http://amazonianativa.org.br/Institucional.html>

⁵ OPAN, relatório de Assembléia Geral da OPAN, Cuiabá, fevereiro de 2006.

agressiva para o povo ali presente por centenas de anos. Sendo assim, a OPAN pôde acompanhar naquela década o processo de definição territorial que garantiu aos Paumari, ao menos legalmente, o usufruto exclusivo sobre as terras tradicionalmente ocupadas (arquivo OPAN).

Como veremos ao longo desta publicação, a homologação das terras indígenas ajuda, mas não garante instantaneamente a autonomia do povo, que, passado um longo período de invasão cultural violenta, necessitaria de uma presença mais incisiva de um Estado que se pretende justo e garantidor de direitos.



O TERRITÓRIO RECONHECIDO PELO GOVERNO BRASILEIRO

Indispensável para a manutenção de seu modo de vida, com saúde e dignidade, a terra, para os povos indígenas, com as florestas, rios e lagos que eles utilizam e se relacionam, é algo sagrado e indissociável de sua condição como seres vivos nesse mundo.

A partir do momento em que mais e mais grupos externos, com intenções colonizadoras e mercantis, começam a frequentar os locais onde vivem os Paumari, a pauta da demarcação territorial ganha importância até que, seguindo um movimento nacional pelas demarcações das terras indígenas, sobretudo após 1988, o território Paumari é reconhecido pelo governo brasileiro.

A TI Paumari do Cuniuá foi registrada no cartório de imóveis no mês de abril de 1999. O seu decreto de homologação (decreto presidencial) data de 4 de novembro de 1997. Sua área é de 42.828 hectares, localizada dentro do município de Tapauá, no estado do Amazonas, com acesso pelo rio Tapauá, fazendo limite também com o rio Cuniuá. A TI Paumari do Lago Manissuã foi registrada em fevereiro de 1999 com uma área de 11.230 hectares. Seu decreto de homologação presidencial data de 9 de setembro de 1998.



Estado do Amazonas



TI Paumari do Cuniuá



TI Paumari
do Lago Manissuã

Manissuã

Capanã

Abaquadi

Colônia

Xila

Terra Nova

TI Paumari
do Lago Paricá

nari
iuá

Açai

Imagem: LandSat. TM, 2008.
Datum: UTM SAD 69 20 SUL

Dados: FUNAI, MMA, IBGE e OPAN
Autor: Gustavo F. V. Silveira

Legenda: ▲ Aldeias Paumari
□ Limite Terra Indígena

Em 2003, ela teve os seus limites revisados, chegando aos 22.970 hectares atuais. Essa terra indígena também é acessível pelo rio Tapauá, no município de Tapauá.


A TI Paumari do Lago Paricá conta com uma área de 15.792 hectares. Ela foi registrada em abril de 1999 e seu decreto de homologação pela presidência do Brasil data igualmente de 9 de setembro de 1998. Contudo, desde o ano 2000, os Paumari estão reivindicando a ampliação desta área (lago Paricá), já que três cemitérios indígenas, além de castanhais, ficaram de fora. Demandas por inclusão de lagos utilizados pelos Paumari também são atuais, sendo que hoje o povo vê que o modo como o Estado procedeu à demarcação desses territórios poderia ter sido mais abrangente em relação à participação do povo beneficiado.

A demarcação das três terras de modo separado foi mesmo uma opção do povo Paumari e reflexo da desestruturação social causada por um histórico de violações. Hoje, reconhecem que isso deixou o espaço vulnerável a invasões e roubo dos recursos naturais – o que faz com que seja necessária uma revisão dos limites territoriais.





GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
PROGRAMA PILOTO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS
FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES
E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZONIA LEGAL
FINANCIADO PELA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
ATRAVÉS DO BUDGETAMENTO POR RESULTADOS



O TRABALHO DE VIGILÂNCIA TERRITORIAL

A parceria do povo Paumari com a OPAN em prol do árduo trabalho de vigilância territorial (estamos falando de mais de 815 quilômetros quadrados de território protegido somando as três terras) se deu pela necessidade, e também pela visão de que apenas a demarcação territorial e o reconhecimento do Estado não garantiriam a integridade do seu modo de vida daquela nem das futuras gerações.

Assim sendo, no ano de 1999, com a chegada do projeto PPTAL⁶ na região do Médio Purus, foi possível, em conjunto com a OPAN, planejar novas estratégias de vigilância. Tal parceria durou três anos, sendo que as atividades práticas de vigilância (expedições) ocorreram a partir do mês de março do ano 2000 através da “Campanha para mobilização do povo Paumari para atividades de vigilância de suas terras” (arquivo OPAN).

Essa primeira campanha consistiu em duas viagens de mobilização para as três terras indígenas: do Lago Manissuã, do Lago Paricá e do Cuniuá. A ação tinha como objetivo discutir diretamente com as pessoas nas aldeias, chamando também os representantes e lideranças do movimento indígena, como da Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (Opimp) em Lábrea, sobre as principais questões e demandas de vigilância e

fiscalização das terras indígenas (APOLONI & SILVEIRA 2010:45).

Este foi um momento de aproximação entre o povo Paumari e a equipe da OPAN, através da realização de uma série de conversas e reuniões maiores de reflexão sobre a demarcação das terras e também sobre saúde, educação, cultura e economia.

Em seguida, ocorreram momentos de planejamento conjunto com levantamento de demandas com o foco na defesa do território. Dessa forma, foi feito um diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelos moradores, o que possibilitou a construção da proposta de um segundo projeto para o PPTAL chamado: “Projeto de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas Paumari”, que se iniciou no ano de 2001 (APOLONI & SILVEIRA 2010:45).

O novo projeto durou de maio de 2001 a março de 2002. Ele foi executado em parceria com a Opimp e também com o Greenpeace, presente na região atuando principalmente contra a ação descontrolada de grandes grupos madeireiros da Ásia na região de interflúvio entre os rios Tapauá e Juruá⁷.

O projeto de vigilância Paumari/OPAN buscou a implementação de atividades de vigilância e fiscalização nas três terras. O foco principal desse trabalho era conscientizar os moradores da importância da vigilância territorial e, nesse sentido, as equipes capacitaram os Paumari com técnicas de vigilância (abordagem, percurso pelos limites

⁶ O PPTAL foi planejado a partir de 1992, implementado em 1996, e sua conclusão sendo projetada inicialmente para o ano 2000. Funcionou junto à presidência da Funai com objetivo de “garantir a demarcação e a proteção de 149 terras indígenas da Amazônia Legal, atuando em parceria com organizações indígenas e ONGs indigenistas” (BAINES, 2009, apud. Funai. 2000).

⁷ O Greenpeace estava apoiando, juntamente com a OPIMP a Coiab, o CIMI e a OPAN uma campanha de autodemarcação das terras indígenas;



territoriais e uso de GPS).

Os resultados alcançados por esse projeto foram positivos para o povo Paumari, dentre os quais podemos citar: organização de grupos de vigilância territorial (um por cada aldeia); aquisição de bens permanentes destinados à atividade de vigilância (motores, GPS, ferramentas, além de alimentação e combustível para essas atividades); realização de treinamentos de manuseio e manutenção dos motores rabeta; treinamento para manuseio dos GPS e também em noções de geografia e topografia. Foram realizados, ainda, quatro treinamentos durante as atividades de vigilância com o objetivo de utilizar o GPS em ações práticas (arquivo OPAN).

Todo esse esforço coletivo em prol da boa execução do projeto possibilitou que uma proposta de consolidação desse trabalho fosse contemplada pelo PPTAL. Ela se chamou “Projeto de Consolidação do Plano de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas Paumari do Lago Manissuã, do Lago Paricá e

Cuniuá, no Médio Purus, no estado do Amazonas” (arquivo OPAN). Esse projeto foi realizado no período de maio de 2002 a março de 2003 e, como o nome diz, ele teve como objetivo consolidar ações colocadas em prática no momento anterior.

Ressalta-se como aspecto positivo, nessa fase do trabalho, a interação da OPAN com a Opimp, que em uma fase seguinte do PPTAL também executou um projeto de demarcação e vigilância territorial na região do Médio Purus em outras terras indígenas em conjunto com a Funai de Lábrea (TI Banawa, Itixi Mitari, Igarapé Mucuim).

Essa parceria deu-se através de reuniões de avaliação em conjunto, acompanhamento e apoio às ações de fiscalização da Funai e assessoria à Opimp, com relatórios e prestações de contas ao PPTAL. Nos anos de 2005 a 2007, a OPAN desenvolveu junto com a Opimp um projeto de assessoria contínua e capacitações para o corpo diretor da organização indígena em Lábrea.

Destacamos alguns aspectos positivos do

projeto de vigilância: estratégias inovadoras como ações de entrega e plantio de sementes de açaí e pupunha, efetuado pelos indígenas em quatro clareiras em seu território; reuniões periódicas de avaliação das viagens de vistoria aos limites; discussão sobre os principais pontos de invasão e sobre as estratégias de vigilância; discussão sobre a implementação de uma rede de informações semanal via radiofonia como mais uma estratégia de vigilância territorial; a ampla distribuição dos mapas das terras indígenas demarcadas em todas as aldeias e também para as entidades parceiras como Opimp, CIMI, Funai e aos moradores do entorno das terras.

Como aspecto negativo ao final desse período ressalta-se a descontinuidade das ações com o fim do projeto. O encerramento desse ciclo significou a desmobilização das pessoas envolvidas com a vigilância territorial e a interrupção do apoio financeiro para a realização das expedições indígenas pelos limites territoriais.

Havendo essa descontinuidade das ações da OPAN em parceria com o povo Paumari a partir do ano de 2003, o Estado, através da Funai e Ibama, não apresentou recursos para apoio aos Paumari na manutenção da fiscalização das suas terras. As indenizações referentes às terras demarcadas e homologadas não saíram e as aldeias sofreram novamente com o processo de invasão, sobretudo pesqueira e nos castanhais.

A OPAN, por sua vez, voltou à região do rio Tapauá no ano de 2005, executando, junto à Funai e à Opimp novos projetos de vigilância territorial, desta vez na Terra Indígena Deni, no rio Cuniuá. Essas ações duraram até agosto de 2007, ocorrendo encontros pontuais entre a equipe da OPAN e o povo Paumari, que nessas ocasiões relatavam suas dificuldades com as invasões pesqueiras, de modo que mais adiante formalizaram sua demanda por um “projeto da pesca” para a OPAN durante o I Seminário Regional da OPAN, ocorrido em Lábrea no mês de outubro de 2007.

Crédito: Adriano Gambarini/OPAN





Crédito: Arquivo OPAN

PROJETO PPTAL

O projeto **PPTAL** ou “**Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal**” surgiu no ano de 1996 com o objetivo de apoiar as ações de proteção às terras indígenas. Esse projeto governamental de grande vulto orçamentário contava com o apoio financeiro do banco alemão KFW e do Banco Mundial. Portanto, era chamado de “projeto integrado” e fazia parte do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). O acompanhamento local de todas as ações do PPTAL ficou a cargo da agência alemã GIZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), naquela época GTZ. O PPTAL ajudou ainda a estruturar a Funai nas suas bases regionais e algumas organizações indígenas e indigenistas que celebraram convênios para projetos de vigilância territorial.

(APOLONI & SILVEIRA 2010:23)

LINHA DO TEMPO DA GESTÃO TERRITORIAL PAUMARI DO TAPAUÁ

1992



1992 - Atuação da OPAN com o povo Paumari, acompanhando as demandas nas áreas de saúde e educação.

1995



1995 - Assembleia de fundação da Opimp na aldeia Manissuã, TI Paumari do Lago Manissuã.

1997



1997 - Projeto Tapauá - OPAN em parceria com o CIMI.

1997 - Homologação da TI Paumari do Cuniuá (Decreto presidencial publicado em 04/11/1997).

2003



2003 - Homologação da TI Paumari do Lago Maranhã (Decreto presidencial em 29/08/2003).

2004



2004 - Revisão de limites da TI Paumari do Lago Manissuã (Decreto presidencial em 18/11/2004).

2005



2005 - Projeto de vigilância territorial da TI Deni.

2007



2007 - Projeto de consolidação da vigilância indígena da TI Deni.

2007 - I Seminário Regional da OPAN - "Cultura e cidadania indígena na região de Lábrea (AM)" (16 e 17 de outubro de 2007).

2007 - Criação do ICMBIO pela Lei nº 11.511 de 28 de agosto de 2007.

2010



2010 - I Seminário "Purus Indígena" em Manaus - UFAM/NEAL.

2010 - Lançamento do filme "Paumari na Cidade".

2010 - Estudo preliminar sobre peixes ornamentais nas TIs Paumari do Tapauá.

2011



2011 - II curso de capacitação em contagem de pirarucu com a metodologia do Instituto Mamirauá.

2011 - Publicação e apresentação do Plano de Gestão Territorial do povo Paumari do Tapauá durante o II Seminário Purus Indígena em Lábrea (AM).

2011 - Publicação e apresentação do Plano de Vida do Movimento Indígena do Médio Purus durante o II Seminário Purus Indígena em Lábrea (AM).



2011 - 15 e 17 de junho, em Lábrea: "Seminário sobre Pesca Sustentável", promovido pelo Projeto Aldeias, um consórcio OPAN e Visão Mundial.

2011 - Início do Projeto Conservação de Terras Públicas na Amazônia Brasileira.



1998



1998 - Homologação da TI Paumari do Lago Paricá (Decreto presidencial publicado em 09/09/1998).

1999



1999 - Início das ações do Projeto PPTAL no Médio Purus.

1999 - Homologação da TI Paumari do Ituxi (Decreto presidencial publicado em 07/04/1999).

2000



2000 - 1ª Campanha de mobilização para a vigilância territorial nas TIs Paumari do rio Tapauá.

2001



2001 - Projeto de vigilância e proteção das terras indígenas Paumari do Lago Manissuá, do Lago Paricá e Cuniuá.

2002



2002 - Projeto de consolidação da vigilância e proteção das terras indígenas Paumari do Lago Manissuá, do Lago Paricá e Cuniuá.

2008



2008 - Projeto Aldeias - Conservação na Amazônia Indígena.

2009



2009 - Decretos de criação das Reserva Extrativista Ituxi, Médio Purus, Parque Nacional do Mappinguari e da Floresta Nacional do Iquiri, no município de Lábrea.



2009 - Decretos de criação da Reserva Extrativista Estadual de Canutama e Floresta Estadual de Canutama.

2009 - II Seminário Regional da OPAN - Interface entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas (21 a 23 de outubro de 2009).



2009 - Reestruturação da Funai, Decreto Nº 7.056 de 28 de dezembro de 2009.

2009 - I curso de capacitação em contagem de pirarucu com a metodologia do Instituto Mamirauá.

2012



5 de junho de 2012 - Decreto presidencial instituindo a PNGATI.

2013



2013 - Aprovação do plano de manejo para comercialização de pirarucu junto ao Ibama.

2013 - Agosto - Início do Projeto Raízes do Purus.

2013 - Primeira pesca manejada e primeira comercialização do pescado.



2014



2014 - Elaboração do 1º Regimento interno da pesca manejada pelo povo Paumari.

2014 - Assembleia de revisão e acompanhamento da implementação do plano de gestão das TIs Paumari do Tapauá.



2015



2015 - Maio - Manejo pesqueiro vence o Prêmio Nacional da Biodiversidade.



PROJETO ALDEIAS

O ano de 2008 pode ser considerado um marco para o conservacionismo no oeste da Amazônia. O desmatamento detectado nas regiões vizinhas às fronteiras agrícolas brasileiras aumenta consideravelmente entre os anos de 2001 e 2006, sendo que o município de Lábrea, como boa parte da região sul do estado do Amazonas, passou a se encontrar no chamado “arco do desmatamento” (MENEZES, 2009).

Grandes obras de infraestrutura em andamento na região, como a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, e a pavimentação da BR-319, ligando as cidades de Porto Velho a Manaus, fazem com que o governo adote medidas mitigadoras dos impactos ambientais, além de ações de comando e controle do Ibama (fiscalização ambiental).

Atendendo ao movimento extrativista organizado da região de Lábrea (AM), o governo federal decreta, em 2008, as Reservas Extrativistas do Médio Purus e do Rio Ituxi, nos meses de maio e junho, respectivamente (ALEIXO, 2012). Vale ressaltar que em 2007, através da Lei Nº 11.516, é criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) desvinculando do Ibama a gestão das Unidades de Conservação (UCs) do país.

Somando-se à criação das Resex no município de Lábrea, o Parque Nacional do

Mapinguari, com 1.572.422 hectares, e a Floresta Nacional do Iquiri, com os seus 1.476.073 de hectares, o que se tem, a partir de 2008, é uma “nova configuração territorial” na região (FRANCO, 2011). Isso ajudou a fazer frente ao avanço do desmatamento e gerou novas oportunidades para a implementação de projetos voltados à conservação e manejo dos recursos naturais, de modo a oferecer um modelo de desenvolvimento alternativo ao agronegócio, à exploração madeireira e à pesca predatória.

O Projeto Aldeias – Conservação na Amazônia Indígena foi formatado com a intenção de dar continuidade às ações desenvolvidas nos projetos anteriores da OPAN no estado do Amazonas. O projeto foi desenhado em formato de consórcio liderado pela a organização Visão Mundial, que submeteu junto com a OPAN um projeto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), que lançou o edital e já estava financiando outros projetos nesse formato em toda a região amazônica.

O projeto foi aprovado no ano de 2007 e começou a ser executado em outubro do ano seguinte, abrangendo terras indígenas com as quais a OPAN já desenvolvia ações nas bacias dos rios Purus, Juruá e Jutuí.

Os objetivos principais do Projeto Aldeias eram: apoio à conservação da biodiversidade e ao manejo de recursos naturais nas terras indígenas Katukina do Biá, Deni, Paumari do Rio Cuniuá, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Lago Manissuá, além do fortalecimento das



Crédito: Arquivo OPAN

organizações indígenas de base, locais e regionais. Havia também um componente desenvolvido em parceria com a Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato (Funai/CGIIRC) de proteção etnoambiental dos povos indígenas Hi-Merimã e Suruwaha, no marco da Frente Purus de Proteção Etnoambiental. (Arquivo OPAN)

A partir do Projeto Aldeias, a equipe local da OPAN, baseada no município de Lábrea, pôde retomar suas atividades junto ao povo Paumari da região do Tapauá, encerrando uma fase de descontinuidade de ações junto àquele povo.

Com a realização de três viagens às terras indígenas no primeiro ano do projeto, foram restabelecidos contatos, reuniões e conversas com as lideranças, iniciando-se um trabalho de diagnóstico da realidade socioeconômica e atualização das informações e demandas existentes.

A equipe se deparou com a difícil situação de pressão externa sobre os recursos naturais das três terras indígenas Paumari da região do Tapauá. As lideranças indígenas reclamavam, naquele momento, de um vazio da presença do Estado, não só da Funai e do Ibama, mas

também dos entes federados, que deveriam estar cumprindo suas obrigações constitucionais como provimento de saúde e educação de qualidade para toda a população indígena.

Dado o tamanho do desafio imposto, as equipes da OPAN e Visão Mundial chegaram à conclusão de que com equipes locais reduzidas não teriam condições de abarcar toda a demanda indígena por um trabalho consistente de fiscalização. Dessa forma, a formação de parcerias com outras instituições com afinidades de ações se fazia necessária e o fortalecimento do movimento indígena também era uma ação estratégica para que as cobranças junto ao Estado fossem feitas com mais consistência.

A Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (Opimp) via-se enfraquecida naquele momento devido a uma série de problemas decorridos da experiência como conveniada ao Ministério da Saúde para a execução de ações de assistência à saúde dos povos indígenas da região. Ao mesmo tempo, várias entidades do movimento social regional, e também órgãos de governo somaram forças

em fóruns locais animados pelo consórcio Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas (Fortis), uma iniciativa liderada pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), também apoiada pela Usaid na região.

Em comum, os consórcios Aldeias e Fortis tinham os componentes de fortalecimento das organizações sociais, ações em prol do manejo sustentável dos recursos naturais e o monitoramento ambiental dos territórios (áreas protegidas) – fatores que contribuíram para a formação de redes de trocas de experiências, formulações de propostas e diálogos com as esferas governamentais (local, estadual e federal), como na formação do grupo temático da pesca ou GT Pesca em Lábrea (IEB, 2014).

Uma das metodologias propostas dentro do Projeto Aldeias no componente do monitoramento ambiental era a utilização de ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Com a influência metodológica do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e através de dinâmicas de mapeamento sociocultural participativo, adaptadas pela equipe da OPAN, foi dado o início ao trabalho com mapas nas aldeias Paumari. O objetivo específico era transformar esses etnomapas em instrumentos efetivos de gestão territorial pelos moradores das terras indígenas.

Junto aos trabalhos de mapeamento participativo, a OPAN voltou a promover ações de vigilância apoiando as lideranças indígenas a partir das metodologias de campo anteriormente executadas no âmbito do

projeto PPTAL.

As estratégias de vigilância discutidas coletivamente buscaram, assim como na época do PPTAL, aliar conservação com produção e preservação. Desse modo, os Paumari propuseram, por exemplo, a criação de uma praia de tabuleiro⁸ como alternativa para a vigilância de uma área vulnerável da TI⁹. A perspectiva dos Paumari para o estabelecimento desta praia de tabuleiro uniu a necessidade de vigilância de seu território com a constatação da diminuição das espécies de quelônios na região. Como disse o líder Manoel Paumari: “Quero que meus netos conheçam os bichos de casco”. (Relatório Aldeias - Arquivo OPAN). Assim, eles puderam promover a preservação dos quelônios naquele ponto e barrar a invasão de seu território por predadores da fauna.



Crédito: Adriano Gambarini/OPAN

⁸ As praias de tabuleiro, como são conhecidas na região amazônica, são praias vigiadas por agentes voluntários ambientais durante todo o ciclo de reprodução dos quelônios e contam com algum apoio do Ibama. A cada ano é realizada uma contagem de desovas para a comparação e o monitoramento ao longo de anos sucessivos. Essa experiência é analisada como muito positiva nos locais onde é desenvolvida, possibilitando a percepção real na melhora da conservação.

⁹ A Praia da Mercadoria, na TI Manissuã, por exemplo, é onde se discute reservá-la para preservação.



CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL PAUMARI DO RIO TAPAUÁ

A elaboração do plano de gestão não foi algo estabelecido no início do Aldeias como uma meta do projeto. A equipe envolvida no trabalho acabou promovendo uma série de atividades afinadas com um escopo metodológico condizente com as discussões em âmbito nacional da política pública da PNGATI. Foram elaborados: o diagnóstico participativo, recordação alimentar, calendários ecológicos, o etnomapeamento e etnozoneamento.

Após levantados e sistematizados todos esses dados, percebeu-se que seria possível a elaboração do plano de gestão. Segundo Magno Lima, indigenista da OPAN: “A certa altura nós vimos que já tínhamos todos os elementos para construir o documento do plano de gestão. Os Ashaninka e outros grupos já tinham seu plano e nós entramos em contato com esse material. A política da PNGATI ainda estava sendo elaborada e discutida, e nós nos adiantamos no processo (...)”.

Os produtos alcançados com todo esse trabalho coletivo foram de grande importância para os passos que se almejava seguir. O sonhado “projeto da pesca” que o povo Paumari tanto buscava, passando por fase de desânimo com a descontinuidade que houve entre o final do PPTAL até o início do Projeto Aldeias, finalmente ganhava contorno.

“Juntos construímos um plano de gestão territorial” (Germano Paumari). Esse documento elaborado por muitas mãos foi publicado e divulgado para “fora”, mas a sua importância maior está dentro das comunidades. Os mapas contendo as representações dos lugares de caça, de coleta, de pesca e zonas sensíveis à invasões foram cuidadosamente confeccionados para que neles aparecessem as informações que os próprios parentes identificaram durante as oficinas. Assim, o plano de gestão territorial contém cinco mapas temáticos: Caça, Pesca, Coleta, Roçado e Vigilância (arquivo OPAN).

Na avaliação da equipe da OPAN, o fator mais importante no processo de construção do plano de gestão foi o início, quando a OPAN teve que reconstruir o elo de confiança com o povo devido ao tempo que ficou sem atuar diretamente com eles.

¹⁰ O Plano de Gestão Territorial Paumari do rio Tapauá foi feito entre os anos de 2009 e 2011, durante o Projeto Aldeias. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas começou a ser discutida dentro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em 2007, sendo oficialmente instituída no ano de 2012 através do decreto presidencial 7747/12. (ALMEIDA&SOUZA,2012)

Passo a passo da

Gestão Territorial Paumari



Passo ZERO

VIGILÂNCIA TERRITORIAL E FISCALIZAÇÃO:

Sem isso, e sem o respaldo de órgãos com a Funai e Ibama, não há como realizar plenamente a gestão territorial de uma área protegida na Amazônia.



8. PESCA MANEJADA DO PIRARUCU PARA COMERCIALIZAÇÃO

5. ACORDOS DE GESTÃO

Para estabelecer os acordos, ocorreram reuniões sobre a gestão do território e debates sobre os temas: saúde, educação, vigilância, fiscalização, caça e pesca. A comunidade apontou direitos e deveres de cada morador.



6. PLANO DE GESTÃO

Publicação contendo demandas e ações para o povo realizar e a expectativa de atuação em parceria com instituições governamentais e não governamentais. O documento poderá ser utilizado como uma ferramenta política.



7. PLANO DE MANEJO

Nesta fase foi elaborado, com auxílio dos parceiros, o Plano de Manejo Pesqueiro Participativo do Pirarucu para a apreciação e aprovação pelo Ibama.



4. ETNOZONEAMENTO

Momento em que os Paumari apresentaram as zonas de pesca, caça, coleta e roças. O enfoque dado foi na pesca, especificamente para definir os lagos de reservas.



3. CALENDRÁRIOS ECOLÓGICOS

Esta ferramenta foi usada para entender a cosmologia Paumari. A metodologia utilizada criou momentos de transmissão de conhecimentos entre as gerações, assim como ocorreu na criação dos mapas.



2. ETNOMAPAS


Para esta tarefa, foi feita a sobreposição dos mapas cognitivos com mapas e bases de dados oficiais. Nesta etapa foram apresentadas novas ferramentas, como o GPS e os programas de computador, para georeferenciamento.



1. MAPAS COGNITIVOS

A elaboração desses mapas teve o objetivo de estimular a comunidade a apresentar seu território, expondo livremente, através de desenhos nas cartolinas, a sua visão de territorialidade.

PROJETO CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TERRAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



O sucesso das ações dos consórcios Aldeias e Fortis em uma vasta e importante faixa de áreas protegidas das regiões sul e oeste do Amazonas e noroeste de Rondônia fez com que nova proposta fosse lançada à agência Usaid. Novamente a OPAN concorre, desta vez formando parceria com o IEB, propondo o Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira, consórcio que, além da OPAN e do IEB, envolveu as organizações CSF, ECAM, Metareilá, e Kanindé.

Esse projeto teve como objetivo “reforçar a participação da sociedade civil, organizações indígenas e comunidades tradicionais no planejamento, uso e gestão de terras públicas da região sul do Amazonas e nordeste de Rondônia” (IEB, 2011), apoiando ainda “a melhoria das práticas de gestão e o aumento das oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais existentes nas terras públicas (unidades de conservação e terras indígenas) visando a conservação da biodiversidade dessas áreas”. (Idem)

Dentre os objetivos centrais estavam “a contribuição para a conservação da biodiversidade e a gestão de terras públicas no sudoeste da Amazônia brasileira, em especial terras indígenas e áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)”; e “o fortalecimento a iniciativas que promovam o uso econômico sustentável dos recursos naturais dessas terras públicas, tal

como previsto na legislação aplicável e nos planos de uso e/ou gestão dessas áreas.” (IEB, 2011). O projeto tinha um importante viés de fortalecimento institucional da rede de intuições envolvidas em iniciativas de conservação em manejo na Amazônia, contemplando também em seu plano de trabalho formação e capacitação, além de ações de intercâmbio entre comunidades.

O projeto iniciou as suas atividades em outubro de 2011 contendo um planejamento de ações para um período de 24 meses. Naquele momento, ações desenvolvidas nos anos anteriores nas terras indígenas Paumari da região do rio Tapauá, especialmente a construção do plano de gestão, já serviam de referência para que outros povos e parceiros desenvolvessem ações semelhantes no âmbito do projeto.



Crédito: Arquivo OPAN

Ocorreram, assim, momentos interessantes de intercâmbio de experiências entre os povos envolvidos no projeto. Também houve apoio a publicações elucidando metodologias de elaboração de planos de gestão territorial, treinamentos em metodologias participativas, encontros e formação de lideranças.

Outras ações de caráter técnico e formativo também foram apoiadas pelo projeto, dentre elas podemos destacar: o treinamento em monitoramento participativo e avaliação ecológica integrada do status de conservação de florestas de várzea, continuidade das ações de vigilância territorial, oficinas de organização comunitária e o estudo sobre a viabilidade do trabalho com peixes ornamentais.

O Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira possibilitou a continuidade das ações e o avanço no manejo pesqueiro do pirarucu. Além de colocar em prática atividades previstas no plano de gestão Paumari, o projeto ofereceu oportunidades de intercâmbio e treinamento com pessoal técnico especializado, o que foi de fundamental importância para o passo seguinte: a implementação do manejo do pirarucu.

Ressalta-se nessa fase a parceria estreita do povo Paumari e da OPAN com o Instituto Piagaçu (IPI). Com ampla experiência em monitoramento e manejo de fauna silvestre na Amazônia e trabalhando em uma unidade de conservação estadual no rio Purus, o IPI ofereceu, além de intercâmbio de experiências, apoio técnico no diagnóstico ambiental, estudo da viabilidade do trabalho com peixes ornamentais, orientações técnicas para as etapas no manejo do pirarucu e a realização do monitoramento da fauna nas terras indígenas.





Crédito: Arquivo OPAN



A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO DA FAUNA NAS TERRAS INDÍGENAS PAUMARI

O monitoramento da fauna nas terras indígenas Paumari do rio Tapauá não era uma demanda imediata das lideranças, porém foi prontamente aceito, despertando bastante interesse, principalmente após o conhecimento dos primeiros resultados, ou seja, das imagens produzidas pelas armadilhas fotográficas estrategicamente instaladas na floresta pela equipe do Instituto Piagaçu, acompanhada pelos indígenas. Foi um trabalho que enriqueceu muito o conhecimento indígena sobre a fauna presente no território e ajudou a reforçar a argumentação pelo pedido de revisão de limites territoriais.

REGISTRO AUDIOVISUAL E O ENVOLVIMENTO DOS JOVENS

É importante ressaltar que uma atividade estratégica inserida no Projeto Aldeias e mantida no projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira foi o registro audiovisual. Desde o ano de 2009, o antropólogo e cineasta Sergio Pires Lobato realizou atividades de treinamento de jovens indígenas em técnicas de filmagem, iluminação e captação de som.

Essa ação culminou na produção do filme “Pamoari na cidade”, em 2009. O premiado filme¹¹, que retrata a difícil situação da juventude indígena nas cidades em busca do estudo, reforça a importância da afirmação da identidade cultural no resgate da autoestima de um povo historicamente subjugado. Hoje, a presença das câmeras operadas pelos Paumari é considerada indispensável em todas as etapas de ações de vigilância e manejo.




Crédito: Adriano Gambarini/OPAN

¹¹ O filme “Pamoari na Cidade” ganhou, no ano de 2011, a premiação de melhor áudio no Festival Théo Brandão, da Universidade Federal de Alagoas.



Crédito: Adriano Gambarini/OPAN



“Quando a OPAN disse para nós que era importante a gente guardar o lago por dois anos, eu aceitei numa boa e pensei nos meus cinco filhos pequenos. Do jeito que a gente ia pescando aqueles pirarucus e vendendo, os meus filhos não iam chegar a conhecer o que é o pirarucu. Ia ser que nem aquele pessoal lá de fora que nunca conheceu o rio Amazonas e que não conhece o pirarucu a não ser que vejam passar na televisão”.

JOSÉ LINO PAUMARI

Crédito: Adriano Gambarini/OPAN



MANEJO PESQUEIRO

Durante os projetos Aldeias e Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira, todas as etapas formais para atender a burocracia exigida pelo Ibama para a autorização de uma cota para a pesca e a comercialização legal do pirarucu foram seguidas. As terras indígenas foram mapeadas e zoneadas, os lagos existentes foram categorizados de acordo com critérios como quantidade de peixes, vulnerabilidade, dentre outros.

Todas essas informações foram utilizadas para a construção do “Plano de Manejo Sustentável da Pesca do Pirarucu (*Arapaima gigas*) nas terras indígenas Paumari do rio Tapauá, Médiorio Purus”, documento escrito em conjunto pela OPAN, equipe da Coordenação Regional Médio Purus da Funai, IPI e CSF, protocolado junto ao Ibama em abril de 2013.

Antes do protocolo do plano de manejo no Ibama, aconteceram reuniões com o objetivo de fazer as amarrações necessárias, como definição da cota de peixes a ser solicitada para o órgão ambiental, os lagos que seriam pescados, as equipes indígenas de trabalho (grupo de manejadores) e como seria realizada a repartição dos lucros advindos da pesca manejada.

A partir das decisões ali tomadas pelos indígenas com a mediação dos parceiros, a equipe composta por OPAN, IPI, Funai CR Purus e CSF concluiu a escrita técnica do documento. A resposta do Ibama não demorou, foi positiva e a pesca liberada – orgulho para o povo indígena e todos os envolvidos.


PAPEL DO IBAMA NO MANEJO DO PIRARUCU NA AMAZÔNIA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia do governo federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que tem por finalidade, de acordo com a Constituição Federal e com a Política Nacional do Meio Ambiente, o licenciamento e a fiscalização de qualquer atividade impactante ao meio ambiente em território nacional. Criado através da Lei nº 7.735 de 1989, o instituto centralizou e integrou a gestão ambiental no Brasil, antes de responsabilidade da SEMA, vinculada ao Ministério do Interior.

Mesmo após mudanças na legislação brasileira, como a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), e com Lei Complementar nº 140/2011, a qual descentralizou a política ambiental, o licenciamento e a fiscalização das atividades de manejo do pirarucu continuaram sob a responsabilidade do Ibama, que é hoje o órgão que deve realizar o controle e emissão de guias de transporte e comercialização para o pirarucu, além do monitoramento dos estoques do manejo dessa espécie.

O fato de o pirarucu da Amazônia ser uma espécie ameaçada de extinção, recebendo uma atenção especial dos organismos ambientais nacionais e internacionais desde a década de 70, fez com que se estabelecesse uma série de normas relativas ao tamanho mínimo de sua captura, período de defeso reprodutivo, até a proibição total (em alguns estados) de sua pesca no ano de 1996, sendo esta permitida apenas dentro das regras de manejo ou do cultivo em viveiros, como é o caso do estado do Amazonas.

(Fonte: adaptado site do Ibama)



“Para nós não é como um trabalho. É como uma festa. É motivo de muita alegria estar com várias pessoas que a gente não conhecia e, nesse momento da retirada do peixe, a gente acaba conhecendo várias pessoas, o que é muito gratificante”

GERMANO PAUMARI



O MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU NAS TERRAS PAUMARI



Crédito: Adriano Gambarini/OPAN

O período compreendido entre a submissão do plano de manejo para análise no Ibama/AM e o período estipulado para a captura e comercialização da cota autorizada foi definido pela equipe como “pré-pesca”. Nesse intervalo de tempo, em 2013, foram realizadas reuniões para mobilização e organização do grupo de manejadores indígenas para o planejamento e a execução da contagem do pirarucu. Também foram feitos contatos com potenciais compradores da primeira cota de pirarucu manejado e para a preparação de toda a infraestrutura e plano operacional da pesca (Arquivo OPAN).

Quando o Ibama em Manaus deu o sinal positivo para a pesca do pirarucu nos lagos previstos dentro do plano de manejo do povo Paumari, coube ao grupo de manejadores, juntamente com equipe da OPAN e parceiros, colocar em prática tudo aquilo que havia sido cuidadosamente combinado durante as reuniões que antecederam a elaboração do documento. Como era a primeira pesca, ela gerou expectativa, ansiedade no grupo, mas, na hora da prática, tudo ocorreu realmente bem e a experiência do manejo foi um grande sucesso.



Para o manejo, foram organizadas várias equipes, cada uma com função específica, como: equipe da cozinha (preparo de refeições para as equipes), equipe de pesca (grupo que atua no lago), equipe do transporte (carregar o peixe do lago até a base flutuante), equipe de monitoramento e registro (peso, sexo, comprimento e estágio gonadal de cada peixe), equipe de processamento (encarregada da evisceração e limpeza dos peixes), equipe de registro audiovisual (fotografia e vídeo), equipe de gelo (armazenamento no barco geleiro) e a equipe de manutenção e controle (eventuais danificações de equipamento e infraestrutura).

Quando comparado o segundo ano de manejo, em 2014, com o primeiro, notou-se o aumento significativo do número de participantes nas equipes, o que foi entendido como sucesso da primeira empreitada, fato que animou o povo a fazer parte do trabalho.

Em 2013, 41 pessoas participaram, sendo apenas cinco mulheres. No ano seguinte, 84 pessoas se envolveram nas equipes de trabalho, desta vez com 35 mulheres. Foi um aumento expressivo, sobretudo no envolvimento de mulheres e jovens.

Ciclo do Manejo do Pirarucu Paumari



Além das equipes indígenas diretamente ligadas ao manejo, ou seja, em toda a atividade da pesca, uma equipe técnica formada por indigenistas da OPAN e Funai, além de técnicos especializados do Instituto Piagaçu, acompanhou todo o processo de perto e auxiliando também na logística da pesca.

No primeiro ano de manejo, 50 peixes foram abatidos, alcançando exatamente a cota solicitada ao órgão licenciador (Ibama), sendo que a pesca aconteceu em dois lagos, mesmo estando quatro lagos previstos no plano de manejo. No segundo ano, foram capturados 88 peixes previstos na cota autorizada pelo Ibama, sendo que a atividade ocorreu em três lagos.

Como podemos ver nas tabelas abaixo, a quantidade de peixe retirada dos lagos aumentou de um ano para o outro, elevando a renda proveniente da comercialização. Conseguiu-se manter um preço razoável a partir da negociação com o parceiro comercial, a Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas), que arcou com os custos da comercialização no mercado.

TOTAL DE PEIXE COMERCIALIZADO (Kg)	PESO MÉDIO DO PEIXE COMERCIALIZADO (Kg)	VALOR DO PRODUTO POR Kg (R\$)	QUANTIDADE DE PEIXES COMERCIALIZADOS	RENDIMENTO LÍQUIDO COM A COMERCIALIZAÇÃO DO PEIXE (R\$)
3.500kg	64kg	R\$7,50	50 pirarucus	R\$26.422,50

Tabela 1: Números da comercialização do pirarucu manejado - ano 1 (2013).

TOTAL DE PEIXE COMERCIALIZADO (Kg)	PESO MÉDIO DO PEIXE COMERCIALIZADO (Kg)	VALOR DO PRODUTO POR Kg (R\$)	QUANTIDADE DE PEIXES COMERCIALIZADOS	RENDIMENTO LÍQUIDO COM A COMERCIALIZAÇÃO DO PEIXE (R\$)
4.950kg	58kg	R\$7,50	85 pirarucus	R\$37.125,00

Tabela 2: Números da comercialização do pirarucu manejado - ano 2 (2014).

A repartição dos ganhos provenientes com a venda do pirarucu manejado deu-se da seguinte forma: no primeiro ano, após a pesca, realizou-se o cumprimento do contrato de compra e venda com a Coopmas e o pagamento. Em seguida, o grupo definiu pelo reinvestimento de 30% do valor na atividade de pesca no ano seguinte. O restante, conforme decisão da comunidade, foi dividido igualmente entre todas as pessoas que participaram nas equipes de trabalho.

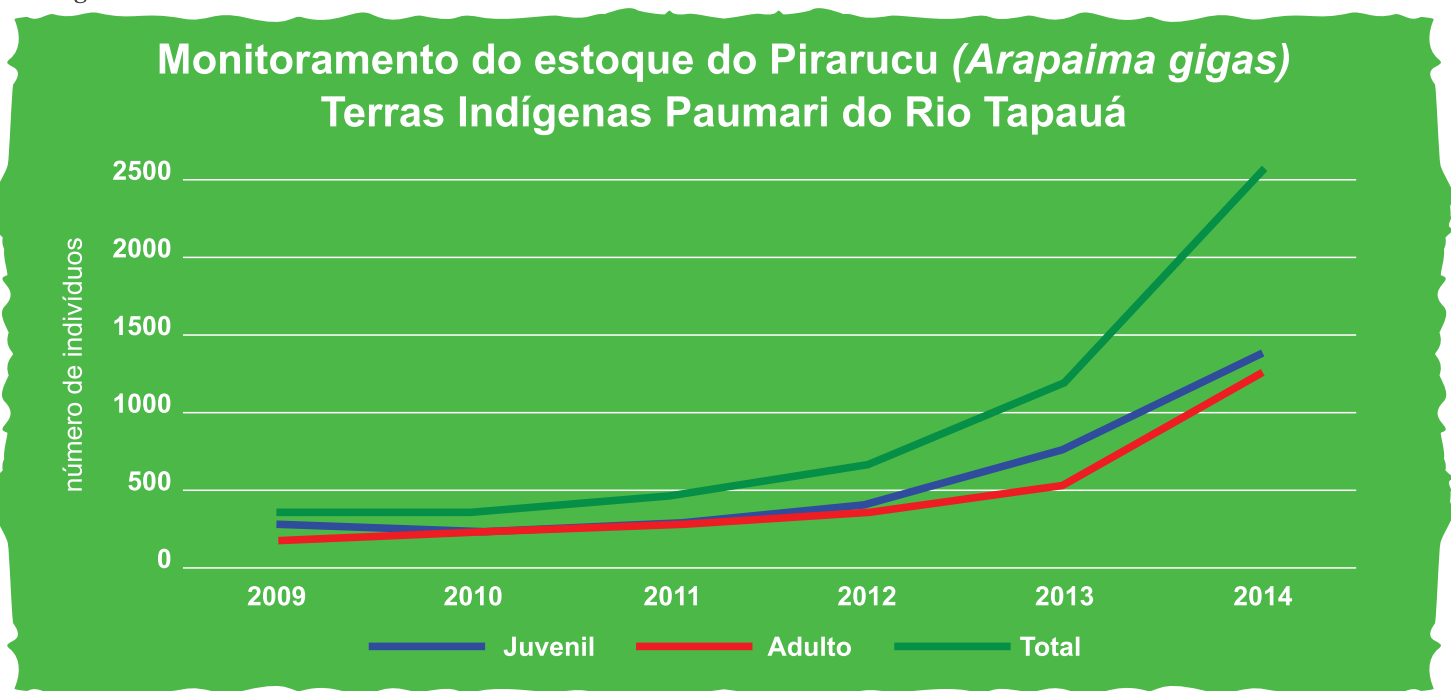
No segundo ano de manejo foi instituído o sistema de pontos, sendo o benefício repartido proporcionalmente à quantidade de trabalho investida por cada manejador. Novamente, 30% do rendimento líquido da pesca foram reservados para a “caixinha” do manejo.

O sucesso atribuído à prática do manejo sustentável do pirarucu, nas duas safras iniciais, extrapola os ganhos monetários conseguidos pelos envolvidos. A mobilização para a pesca, o estabelecimento de uma relação comercial justa, com pagamento honrado conforme contrato, a vivência de todo o processo, chegando ao final com todos os objetivos alcançados, trouxe um sentimento de autoestima coletiva não vivenciado pelo povo Paumari há décadas. Em relação aos benefícios indiretos da prática do manejo, foi notável e rápida a recuperação não só dos estoques de peixe no sistema de lagos do manejo, mas dos estoques de caça e recursos naturais existentes nas três terras indígenas.

Na visão da equipe técnica envolvida no trabalho, o manejo do pirarucu destaca-se como o carro-chefe na gestão territorial dos Paumari do rio Tapauá após anos de investimentos.

No ano de 2013, uma nova proposta foi aprovada na carteira de projetos do Programa Petrobras Ambiental, reforçando o otimismo da equipe na continuidade das ações, agora dentro de uma visão programática do trabalho.

Figura 2:



ANO	JUVENIL	ADULTO	TOTAL
2009	182	86	268
2010	135	134	269
2011	188	187	375
2012	317	268	585
2013	687	448	1135
2014	1323	1197	2520

Tabela 3: Quantidade de peixes monitorados nos lagos por ano.

PROJETO RAÍZES DO PURUS

Ao concorrer ao edital público do Programa Petrobras Ambiental, reconhecido internacionalmente pelo apoio a projetos de grande relevância para a conservação da natureza em território brasileiro, o povo Paumari, juntamente com a OPAN, esperava dar continuidade e de fato consolidar um trabalho de manejo sustentável em terras indígenas.

O sucesso da primeira pesca nas terras indígenas dos Paumari os colocou no mapa do manejo sustentável da Amazônia e os transformou em referência de manejo bem-sucedido na região do rio Purus. O projeto Raízes do Purus foi aprovado, garantindo ações também na TI Caititu (povo Apurinã) e na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti (povo Jamamadi), onde a OPAN iniciava o processo de construção coletiva dos planos de gestão territorial, a exemplo da experiência vivida pelo povo Paumari, porém com metodologias adaptadas às realidades daqueles dois outros povos, com características bem específicas.

No tocante ao andamento do manejo participativo do pirarucu, o projeto permitiu a aquisição de infraestrutura, como a construção de dois flutuantes posicionados em locais estratégicos para a vigilância territorial e beneficiamento do pescado, compra de veículos, embarcações, além da estruturação do escritório local da OPAN no município de Lábrea.

O sucesso dos dois primeiros anos de pesca do pirarucu manejado permitiu que nova cota de peixes fosse solicitada ao Ibama para a pesca em 2015. O manejo do pirarucu dos Paumari começava a se tornar referência na região amazônica através do reconhecimento do trabalho com a produção de um vídeo do manejo e visita de jornalistas, o que ajudou a dar visibilidade à iniciativa.

No dia 22 de maio de 2015, Dia Internacional da Biodiversidade a OPAN juntamente com o povo Paumari do rio Tapauá, venceu o Prêmio Nacional da Biodiversidade na categoria sociedade civil.

Crédito: Carla Ninos/OPAN





Instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), essa premiação teve como objetivo promover novas práticas na área de biodiversidade, assim como alavancar boas iniciativas. Estiveram em Brasília recebendo a premiação o indigenista da OPAN e coordenador do Programa Amazonas, Gustavo Silveira, e o professor indígena e manejador, Germano Paumari, representando o seu povo, a quem eles dedicaram essa premiação. De fato, foi a coroação de anos de dedicação.

“A gente não tinha nada, totalmente nada. A gente fazia a vigilância, ficava em qualquer beira, pegava sol, sofrimento. Hoje em dia, a gente chega, já tem o flutuante bonito. A gente entra e se orgulha daquilo, se orgulha em estar no trabalho”.

FRANCISCO PAUMARI





“ESTAMOS FELIZES NA NOSSA TERRA”

A experiência de gestão territorial aqui relatada é motivo de orgulho para toda uma geração acostumada aos percalços e enfrentamentos de sérias dificuldades na manutenção de seus modos tradicionais de vida.

A concretização de um sonho antigo dos Paumari do rio Tapauá, na época idealizado como um “projeto de pesca”, como vimos, é muito mais do que a aquisição de um barco e motor e kits de pesca com malhadeiras e isopor, algo que fatalmente aumentaria muito mais a pressão pelo recurso de forma não organizada. Esse povo reencontrou o caminho da união e do bem-estar coletivo, aprofundando-se no conhecimento dos territórios em que vivem e se projetando para fora, tornando-se conhecidos pela sua experiência.

Ao contrário do que ocorrera entre os anos de 2003 e 2009, dessa vez o povo Paumari, através da melhor organização de suas demandas para o Estado, materializadas em um plano de gestão territorial, passa a experimentar um período de continuidade das ações, não somente de vigilância territorial, mas avançando na proposta do manejo de recursos naturais (o antigo “projeto da pesca” virou manejo sustentável).

Respaldados por um plano de gestão territorial coletivamente construído, municiados com os etnomapas temáticos e os calendários ecológicos produzidos durante uma sólida caminhada, e com os dois pés no chão, puderam reverter uma situação adversa na qual muitos teriam desistido ou assumido uma postura pessimista.

A experiência de gestão territorial vivida pelo povo Paumari do rio Tapauá servirá de estímulo para as próximas gerações e também para os demais moradores daquela e de outras regiões que vivenciam problemas semelhantes e estão em outros momentos do caminho da gestão de seus territórios.



LIÇÕES APRENDIDAS E APONTAMENTOS PARA O FUTURO

As TIs Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Cuniuá fazem parte de um contexto territorial amplo de um mosaico de áreas protegidas na bacia do rio Purus. Esse mosaico, apesar de não ter o reconhecimento oficial do MMA como tal, possui o potencial de atrair políticas públicas territoriais na direção de um modelo de desenvolvimento que respeite os modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais do rio Purus.

Planos de gestão territorial de algumas das terras indígenas do mosaico têm recebido investimentos, como é o caso dos Paumari da região de Tapauá, bem como o plano de gestão da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, com o povo Jamamadi sendo assessorado pela OPAN, e o povo Jarawara pela equipe indigenista da CR Purus, da Funai.

O Plano de Gestão da TI Caititu foi recentemente finalizado através de proposta da Focimp ao Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI). Num esforço de articulação nas suas bases, a Focimp já havia elaborado seu Plano de Vida, documento contendo um diagnóstico geral das terras indígenas do Médio Purus.

Somam-se a essas iniciativas de gestão territorial os passos já dados por algumas unidades de conservação (UCs) da região, como a Reserva Extrativista (Resex) Médio

Purus e a Resex Ituxi, que já possuem uma trajetória com os seus respectivos conselhos deliberativos em ação, projetos de manejo sustentável de recursos naturais e acordos de gestão elaborados de maneira participativa.

As UCs estaduais, como a Resex Estadual de Canutama e a Floresta Estadual (Flota) de Canutama, igualmente com conselhos deliberativo e consultivo formados, já desenvolvem iniciativas de manejo do pirarucu e de quelônios, ações que estão sendo levadas a diante com apoio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA-AM), inicialmente com o trabalho do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e parceiros locais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o IEB.

Tudo isso sem citar as unidades de conservação situadas no município de Boca do Acre, no Purus, já na divisa com o estado do Acre, como a Resex Arapixi e a Flona Purus, vizinhas às terras indígenas Camicuã, Inauini/Teuini e Igarapé Capana, pressionadas pela fronteira agropecuária, além das UCs e as terras indígenas próximas ao município de Beruri, área de atuação do Instituto Piagaçu, próximo também à Reserva Biológica Abufari, região em que a Focimp abrange em seu trabalho de articulação. Estamos falando de um conjunto de áreas protegidas, em que a maioria delas, sobretudo as terras indígenas, ainda não iniciou ações de efetiva gestão territorial.

De fato, a experiência de gestão ambiental e territorial aqui relatada é uma entre as diversas

em curso no rio Purus e certamente serve de referencial no âmbito da atual Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que busca, entre outros objetivos, em seu Capítulo II, Art. 4º, Eixo V, letra b) “fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis”.

É uma política pública que visa, portanto, à integração de iniciativas importantes do ponto de vista da conservação da biodiversidade, incentivando o manejo sustentável dos recursos naturais em prol do desenvolvimento social, reforçando a ideia da busca por um modelo de desenvolvimento salutar ao bioma e aos diferentes grupos sociais.

Especificamente no tocante às terras indígenas Paumari do rio Tapauá, a necessidade de uma revisão dos limites territoriais de acordo com os pleitos indígenas é evidente, da mesma forma em que outras unidades de conservação precisam ser criadas ali levando políticas às populações tradicionais

que ainda estão à margem do processo.

Os órgãos governamentais, não governamentais e o conjunto de atores com presença na região precisam atuar de modo articulado visando o bom andamento das iniciativas e os projetos que, por sua vez, pelo fato de serem pontuais e com prazo e recursos limitados, correm o risco de descontinuidade e desarticulação.

A experiência aqui relatada mostra a centralidade que tem o fator organização social comunitária para a efetivação de uma iniciativa de manejo. No entanto, também mostra que recursos materiais e investimento em infraestrutura são necessários. Sem um trabalho de planejamento, gestão do território e articulação cultural, tampouco o manejo correto seria alcançado. O desafio que se coloca é a continuidade das ações e a disseminação de experiências similares dentro do mosaico, indo ao encontro da grande vocação do gigante rio Purus, generoso ancestral daqueles que o habitam.



A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS

O PAPEL DA OPAN

A OPAN esteve ao lado do povo Paumari desde o início, respeitando a especificidade e o ritmo das pessoas, nunca deixando de acreditar na viabilidade do “projeto da pesca”, demandado pelas lideranças naquele ano de 2007 durante o I Seminário Regional. Através do trabalho de mediação da OPAN, com conhecimento profundo da realidade do povo, costura das parcerias e estudo sobre toda a exigência técnica do manejo, foi possível a realização de cada passo, dos primeiros mapas cognitivos, as inúmeras reuniões até a concretização do manejo.





Crédito: Arquivo OPAN

O PAPEL DA COOPMAS

A Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs), fundada em 3 de maio de 1997, surgiu com a intenção de organizar os produtores rurais e agricultores da comunidade Sardinha, localizada às margens de igarapé de mesmo nome, nas proximidades da sede do município de Lábrea. Trabalhando na comercialização da borracha e óleos vegetais, a associação firmou convênios com o governo do estado do Amazonas e se destaca regionalmente buscando novos projetos em benefício do setor primário na região do Purus.

Em fevereiro de 2004, a Aspacs implantou no município a usina de óleos vegetais em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME), UFAM, Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas (CDH) e Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (Afloram). Em março de 2006, através de um convenio com o CDH, adquiriu um barco com capacidade de 30 toneladas, quando iniciou o trabalho de escoamento da produção borracha, castanha, andiroba, feijão e milho no Médio rio Purus (Arquivo Coopmas).

Em 2007, a Aspacs começou a construção do galpão da usina, que foi inaugurada em 2009. Nesse contexto, é formada a Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas), como um desdobramento do trabalho da Aspacs.

A parceria entre a Coopmas e o povo Paumari aconteceu a partir do pedido dos manejadores indígenas pela comercialização do pirarucu legalizado. Através da OPAN, os indígenas começaram as conversas com a diretoria da cooperativa até chegarem a um contrato de compra e venda viável para ambas as partes.

O PAPEL DA FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, é o órgão indigenista oficial com um papel importante no Médio Purus. Contando com uma infraestrutura diminuta até o ano de 2009, passou por uma reestruturação nacional que possibilitou a criação de uma Coordenação Regional (CR) do Purus, com sede em Lábrea.

Coube à Funai institucionalizar o plano de gestão e o plano de manejo das terras indígenas Paumari do Tapauá, além de dar a anuência para a atividade de manejo do pirarucu. A licença ambiental para o manejo foi concedida pelo Ibama. Os indigenistas da Funai, lotados na CR Purus, acompanharam de perto todas as etapas do manejo, colaborando também na logística pesqueira.

Além disso, a Funai vem realizando ações de fiscalização, em parceria com outros órgãos, na região das TIs Paumari. Ações de vigilância indígena estão sendo apoiadas pelo órgão, o que é fundamental para a continuidade do trabalho. A proposta é que, nos próximos anos, haja uma maior efetivação das fiscalizações e a consolidação da vigilância indígena, pois como os estoques de recursos naturais estão aumentando, as pressões externas intensificam-se.



O PAPEL DO IPI

O Instituto Piagaçu (IPI) é uma organização não governamental sem fins lucrativos de caráter socioambiental. Criado em 2004, tem por objetivo apoiar e desenvolver ações para a defesa, manutenção e elevação da qualidade de vida humana, dos recursos naturais e do meio ambiente rural e urbano através de atividades, programas e projetos de educação ambiental, pesquisas científicas básicas e aplicadas, formação profissional visando a conservação e o manejo ambiental. Tem atuado principalmente na região do Baixo rio Purus, com atividades de pesquisa e extensão voltadas à gestão participativa da biodiversidade (informações do site do IPI). Parceiro muito importante na atividade do manejo pesqueiro do pirarucu, o IPI também realizou o trabalho do monitoramento da fauna nas terras indígenas Paumari, que baseou a discussão e o planejamento da gestão do território, além de ser uma importante ferramenta para a continuidade das ações.



O PAPEL DA CSF

A Conservação Estratégica (CSF) é uma organização social sem fins lucrativos dedicada ao uso e ensino de ferramentas econômicas para a conservação do meio ambiente. Desenvolve pesquisas e treinamentos nos temas de instrumentos econômicos de políticas ambientais, análise econômica de projetos de infraestrutura, gestão de áreas protegidas, serviços ambientais, ecoturismo e elaboração de planos de negócios sustentáveis.

A CSF foi a organização responsável pela elaboração de um plano de negócios para o pirarucu manejado dos Paumari do rio Tapauá. Integrante do consórcio Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia Brasileira juntamente com a OPAN, realizou atividades como diagnósticos e planos de negócios em outras cadeias produtivas na região de abrangência do projeto.

O PAPEL DO ICV

Fundado em 14 de abril de 1991, o Instituto Centro Vida (ICV) é uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de direito privado, caráter científico/cultural, autônoma, apartidária e sem fins lucrativos, decretada de utilidade pública no estado do Mato Grosso.

O ICV realiza estudos e análises, bem como práticas de campo com a participação e o envolvimento dos atores locais com o objetivo de construir soluções compartilhadas de sustentabilidade que visem conciliar a produção agropecuária e florestal com a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais e de seus serviços (informações do site do ICV). Na caminhada da gestão territorial Paumari, o ICV contribuiu com sua expertise capacitando os indigenistas da OPAN em metodologias participativas. Também elaborou com a confecção dos etnomapas e do etnozoneamento. É um parceiro da OPAN em Mato Grosso que estendeu suas atividades para o Amazonas desde o Projeto Aldeias.

O PAPEL DO IDSM

Referência no trabalho de manejo do pirarucu na Amazônia, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) é um parceiro regional da OPAN.

O IDSM é uma organização social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atuando como uma das unidades de pesquisa. Desde o início, o Instituto Mamirauá desenvolve suas atividades por meio de programas de pesquisa, manejo e assessoria técnica nas áreas das reservas Mamirauá e Amanã, na região do Médio Solimões, estado do Amazonas.

Durante o desenvolvimento da ação de manejo participativo do pirarucu houve trocas de experiências entre técnicos das instituições e manejadores das regiões do Médio Purus e Médio Solimões por meio de cursos e intercâmbios.






ANEXO:

MONITORAMENTO DE FAUNA PAUMARI¹²

Autores: André Pinassi Antunes, Eduardo Matheus von Mühlen, Felipe Rossoni Cardoso, Eduardo Martins Venticinque.

Colaboradores: Fernando Figueiredo e Marcelo Augusto dos Santos Junior



A caça de milhares de animais para abastecer o voraz mercado internacional pode ter deixado profundas consequências nas populações animais em diversas regiões da Amazônia durante o século XX. Anciãos do povo Paumari do rio Tapauá recordam-se das toneladas de carne sem proveito deixadas para urubus e piranhas durante o auge do comércio de peles e couros silvestres no rio Tapauá, com a dizimação de bandos de queixadas por caçadores especializados no comércio de peles.

Relatam os senhores Evangelista, Agostinho, Luis e Babá que, entre as décadas de 1960 e 1970, quando a caça comercial foi proibida por lei, estava difícil caçar queixadas, que é uma das caças mais apreciadas pelo povo Paumari. Também as populações locais da ariranha, segundo relato dos anciãos, ficaram tão reduzidas que os Paumari somente passaram a vê-las novamente na década de 1990.

Desde o fim do comércio de peles e couros silvestres na Amazônia, o estado de conservação das populações animais já havia mudado no rio Tapauá, mesmo com a caça rotineira. Atualmente, seja jovem ou velho, qualquer Paumari concorda que a situação dos animais melhorou muito desde a demarcação das terras indígenas e, principalmente, após o início da vigilância dos lagos de reprodução dos pirarucus, a partir de 2008.

Essencialmente, esse é o monitoramento de fauna Paumari – contado através da memória, da mesma forma como a cultura deste povo vem, tradicionalmente, atravessando gerações.

Entretanto, o monitoramento da biodiversidade ou dos recursos naturais tal como concebido por sociedades não indígenas apoia-se principalmente em registros documentais tomados nas devidas escalas temporais e espaciais. Essas “fotografias” ou diagnósticos da terra indígena, tomados através de metodologias e esforços adequados, permitem que o conhecimento acerca da biodiversidade e recursos naturais locais ultrapassem as fronteiras físicas e culturais dos Paumari e dialoguem com o mundo “científico” dos não indígenas.

O monitoramento é reconhecidamente uma das melhores ferramentas de diagnóstico, acompanhamento e tomada de decisão para a gestão territorial e possibilita que órgãos gestores acessem remotamente o estado de conservação daquela área. Tanto a formalidade do monitoramento como sua efetividade no manejo de recursos e gestão territorial não

¹² Artigo do Instituto Piagaçu.

representam novidades aos Paumari, o povo indígena responsável por uma das iniciativas de manejo pesqueiro em pequena escala mais bem-sucedidas da região.

Ainda que o monitoramento de fauna não fosse uma demanda imediata deste povo, ele foi prontamente aceito quando proposto. E mais, ele tem sido conduzido de forma exemplar. Uma das razões parece ser o fato de que a fauna está impressa na ecologia e cosmologia do povo Paumari de uma forma inconcebível às sociedades não indígenas. Mesmo que o objetivo geral deste monitoramento, ao contrário do manejo pesqueiro em curso, não vise a comercialização da fauna – mesmo porque esta atividade não tem respaldo legal – ninguém entende melhor a importância da fauna para a segurança alimentar ou para a manutenção dos serviços ecossistêmicos do que um povo que depende dos recursos florestais para sua própria sobrevivência.

A fauna de médio e grande porte é fundamental para a dinâmica ecossistêmica, por exemplo: predadores, tais como *jomahi jirikavahari* (onça-pintada), *jomahi nataraha* (onça-vermelha), *inavisini* (lontra) e *saba'o* (ariranha) controlam populações de presas diversas; frugívoros, como *hirari* (queixada) e *mirisi* (caititu), *hotairi* (veados), *jirimarahi* (paca) e *ja'oro* (cutia) podem preda as sementes, controlando o recrutamento das plântulas e diminuindo a competição entre elas, enquanto que *'daama* (anta), *vi'dori* (macaco-barrigudo), *katanari* (macaco-preto) e *hiraka* (mutum), por exemplo, podem dispersar as sementes para locais distantes da planta-mãe; tato (tatus), além de decompositores, são considerados engenheiros do ecossistema, revolvendo o solo e transportando nutrientes entre a superfície e subsolo. Além disso, a fauna é responsável pela transferência de biomassa e nutrientes entre os ambientes alagáveis e a terra firme devido ao uso e movimentação entre esses dois habitats.

Portanto, grande parte da alta produtividade das várzeas está sendo transferida para a terra firme via fauna. Por fim, a fauna de médio e grande porte também é responsável por boa parte da proteína consumida pelos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia.

Reconhecendo essas diversas faces da importância da fauna, é desejável que sua integridade seja mantida. Considerando mamíferos e aves de médio a grande porte como indicadores biológicos, esperar-se-ia uma fauna mais próxima da integridade possível, caso os ambientes também estivessem íntegros. Essa foi a hipótese geral assumida previamente ao monitoramento, e qualquer resultado que indicasse algo diferente durante sua condução deveria ser acompanhada de tomadas de decisão que implicassem ações na tentativa de reverter a condição indesejável.

O monitoramento de fauna Paumari veio, ainda, para subsidiar a contagem dos pirarucus no processo do manejo dessa espécie, expandindo tanto os organismos em foco como a área sob amostragem e, acima de tudo, incluindo maior heterogeneidade da paisagem. A situação crítica dos estoques pesqueiros locais foi o principal ponto a ser atacado pelo trabalho conjunto, envolvendo inicialmente a OPAN e os Paumari. Num árduo processo de quebra de paradigmas, os Paumari viram a necessidade de modificar velhas práticas danosas aos estoques pesqueiros. Como uma das principais tomadas de decisão para a recuperação dos estoques, destinaram lagos exclusivamente à reprodução de pirarucus (e das demais espécies aquáticas) que até então eram usados para a pesca comercial ou de subsistência. No entanto, esses lagos estão margeados por florestas de várzeas e igapós que, por sua vez, estão circunscritos em florestas de terra firme. De uma forma ou de outra, a fauna é uma das responsáveis pela interconexão desses ambientes.



MÉTODOS UTILIZADOS NO MONITORAMENTO DA FAUNA

O método utilizado para a coleta de dados sobre a fauna tem sido a instalação de armadilhas fotográficas distribuídas de forma sistemática ao longo das terras indígenas e o seu entorno. As câmeras fotográficas dispõem de sensores de movimento e calor, que são sensíveis à passagem dos animais, registrando cada um na medida em que entram em seu campo de ação. As máquinas são presas às árvores a uma altura média de 30-40 cm em relação ao solo, visando registrar o maior número possível de animais de diferentes tamanhos corporais. São dispostas em blocos distantes a pelo menos cinco quilômetros uma da outra, buscando minimizar a dependência amostral entre elas, bem como distribuir as armadilhas com o objetivo de cobrir, da melhor forma possível, a heterogeneidade ambiental da região. Cada bloco possui de três a seis câmeras, distantes 1000 m da câmera vizinha.

Após quatro anos de monitoramento, os resultados acumulam quase uma centena de espécies em mais de 10 mil registros independentes¹. Muito provavelmente, o esforço em dias/câmera empregado até o momento deva ser um dos maiores em estudos e monitoramento de fauna na Amazônia brasileira, e, muito provavelmente, em terras indígenas. Este banco de imagens possui um valor científico inestimável. Tecnicamente, as fotografias são transformadas em registros, que, por sua vez, podem assumir diferentes índices de abundâncias como taxas de detecção e ocupação. Tais variáveis podem ser comparadas em escalas espaciais e temporais. Ou seja, diferentes valores de abundância em diferentes câmeras, localidades, tipo de ambiente, por exemplo, podem indicar variações naturais nas abundâncias da fauna ou mesmo como essas abundâncias estão variando de acordo com diferentes pressões humanas.

Além disso, os índices de abundâncias vêm sendo comparados ao longo do tempo, como forma de avaliar a efetividade do modelo de gestão territorial e das ações de manejo na conservação da fauna. Métodos de sensoriamento remoto permitem, ainda, a extrapolação para toda região, a partir da predição da adequabilidade de habitat de cada espécie. Os primeiros resultados do emprego dessa ferramenta parecem ser promissores na delimitação e implementação de terras indígenas e unidades de conservação, bem como para o zoneamento e manejo de fauna nessas áreas.

Sem qualquer aprofundamento analítico dos dados obtidos com a metodologia de armadilhas fotográficas, é possível afirmar que o estado de conservação da fauna terrestre, médio e grande porte, nas TIs Paumari, mesmo com uma pressão de caça moderada, ainda é muito bom. A riqueza de espécies de mamíferos de médio e grande porte é esperada para

¹ Assume-se registros independentes neste monitoramento quando uma mesma espécie foi fotografada em um intervalo mínimo de uma hora.

áreas íntegras. Há presença de todos os predadores, de topo de cadeia, em especial a onça-pintada, que costuma ter suas populações drasticamente reduzidas ou mesmo extintas em ambientes com determinado grau de modificação. A abundância relativa das espécies cinegéticas também é alta, incluindo os chamados ungulados, como por exemplo a queixada e a anta, que são bichos mais vulneráveis à caça. A queixada é particularmente sensível devido ao comportamento social e diurno, que possibilita o abate de diversos indivíduos ou, em alguns casos, de todo o bando em um único evento. A vulnerabilidade da anta concerne à sua taxa reprodutiva lenta, grande longevidade, amplo intervalo entre nascimentos dos filhotes e, geralmente, um filhote por cria. Essas espécies costumam ser menos frequentes em locais onde a caça é praticada com mais intensidade, mesmo em região de floresta contínua.

Um dos pontos centrais da maioria dos textos de Biologia da Conservação, e também determinante na proibição da caça na legislação federal da fauna, é que a caça leva necessariamente à redução drástica nas populações de animais. Mas, isso não parecia ter fortes evidências desde as primeiras visitas às aldeias Paumari do rio Tapauá. Queixadas, antas, veados, caititus e pacas ainda são abatidos com relativa facilidade pelos caçadores Paumari, não requerendo longas viagens distantes das aldeias. Embora o encontro com a fauna seja relativamente fortuito, seus vestígios abundantes tais como rastros, fezes, entre outros, denunciam sua presença ao longo das TIs Paumari. Por isso, as armadilhas fotográficas têm sido, cada vez mais, empregadas nos estudos sobre a fauna, pois esses hábitos acima mencionados não impedem que os animais sejam flagrados pelas câmeras, incluindo espécies menos detectáveis, como carnívoros ou de hábitos noturnos.





UMA RICA TROCA DE SABERES

As principais vantagens do emprego dessa ferramenta em terras indígenas e unidades de conservação de uso direto são o envolvimento das populações locais. Primeiramente, reconhece-se que a fusão de métodos científicos e conhecimento tradicional preenche as lacunas inerentes a toda forma de conhecimento. O respeito mútuo pelo conhecimento do outro é o cerne dos trabalhos extensionistas e da gestão ambiental verdadeiramente participativa. Por um lado, nós, técnicos do IPI, vimos aprendendo continuamente sobre ecologia e história natural da fauna na Amazônia com os melhores professores. Por outro, tentamos garantir o envolvimento e responsabilidade crescentes dos indígenas transmitindo nossas visões ocidentais sobre ecologia, conservação da biodiversidade e recursos naturais, método científico, tecnologia e também sobre a operacionalização de algumas políticas públicas. Essa contínua troca de experiências ocorre durante os cursos de formação dos monitores, mas especialmente ao longo dos trabalhos de campo.

Nesse contexto, num primeiro momento, foi feita a avaliação ecológica integrada do estado de conservação de florestas de várzea da região, como forma de subsidiar o planejamento do monitoramento e da amostragem. A partir dessas informações e análises de mapas da região foram elaborados um modelo conceitual e um desenho amostral prévio pelos pesquisadores. Para dar início à amostragem foi oferecido um curso de formação aos Paumari, quando foram trabalhados conceitos como monitoramento, amostragem, conservação, ameaças e metas para, então, iniciarmos a parte de operacionalização do equipamento. A fixação dos conceitos e a prática no manuseio do GPS e câmeras ocorrem de fato no processo contínuo do monitoramento. Uma das características desse monitoramento refere-se à determinação do local de amostragem de parte das câmeras pelos próprios indígenas, segundo suas curiosidades e experiências prévias. Hoje, existe uma equipe de monitores de fauna Paumari formada e autônoma, apta a planejar e conduzir o monitoramento na sua terra, bem como transmitir ou replicar este método em qualquer monitoramento de fauna com caráter participativo ou não. Espera-se que, durante o processo de condução do monitoramento, a formação desses monitores e seu envolvimento sejam crescentes, devido a um amadurecimento acerca dos objetivos e apropriação local de todas as etapas do trabalho, incluindo desde a coleta de dados, sistematização e análises dos resultados, assimilação das informações de forma a subsidiar ações e tomadas de decisão locais, conforme as etapas clássicas do monitoramento e manejo adaptativos.


Aparte ao valor científico dos registros tomados pelas câmeras, as imagens dos animais talvez consistam em um dos principais elementos para o envolvimento contínuo dos indígenas, no que se considera um pré-requisito de um trabalho essencialmente participativo. Isso só pôde ser verificado após a retirada das primeiras câmeras. Desde aquela ocasião, o barco Zumbi, da OPAN, enche-se de crianças, mulheres e velhos indígenas curiosos, alcançando muito mais do que os monitores. Essas imagens podem atingir um inconsciente deles que talvez fosse impossível com o emprego de qualquer outra metodologia. Acima de tudo, essas ocasiões aproximam o experiente caçador de sua mulher, seus filhos e companheiros de aldeia, pois as estórias das caçadas e encontros com animais pela mata parecem ganhar vida quando o animal é flagrado pela câmera.

Mas, tanto esforço e investimento também requerem que essas imagens sejam traduzidas em elementos que subsidiem o trabalho de gestão territorial realizado pelos Paumari. Isso exigiu o amadurecimento acerca dos objetivos do monitoramento durante seus processos naturais de avaliação, envolvendo um esforço conjunto do IPI, OPAN e Paumari. Esse desafio advém muito da falta de sinergia entre ciência, conservação, extensão e gestão ambiental, que culmina na escassez de ferramentas e metodologias práticas aplicáveis à conservação da biodiversidade em terras públicas da Amazônia, em especial às terras indígenas. Historicamente, as terras indígenas representam extensas lacunas no que concerne ao conhecimento sobre a biodiversidade e do uso que se faz dela pelos povos que habitam esses territórios. Felizmente, a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) aparece como uma importante estratégia de fortalecimento das áreas demarcadas e no combate às principais ameaças a partir de uma perspectiva ambiental.





NECESSIDADE DE REVISÃO DOS ATUAIS LIMITES TERRITORIAIS DAS TIS PAUMARI DO TAPAUÁ



A caça nas terras indígenas é permitida por lei e a sua prática, para o sustento das aldeias, é permitida exclusivamente aos seus habitantes. No entanto, por se tratar de um recurso vulnerável sob relativa pressão, o monitoramento é, sem dúvida, a melhor forma de avaliar o estado de conservação dos estoques. O monitoramento da fauna Paumari vem permitindo afirmar que as populações animais de médio e grande porte estão atualmente saudáveis. No entanto, isso depende mais das extensas áreas florestais circunvizinhas do que propriamente das áreas demarcadas. Embora a intensidade de caça nas terras indígenas Paumari seja relativamente baixa, em torno de 50-60 caçadores, a remoção rotineira de indivíduos deve ser considerada. Além da própria capacidade de repor esta mortalidade através da reprodução, a recuperação da fauna de caça (tecnicamente chamada de resiliência da fauna cinegética) na Amazônia parece depender principalmente das áreas de refúgio vizinhas (também chamadas de áreas fontes), de onde os indivíduos emigram continuamente para as áreas sob caça.

Nesse contexto, os limites atuais das terras indígenas apresentam sérios problemas: a maior parte da TI do Paumari do Lago Paricá é composta por áreas alagáveis. Portanto, no auge da estação chuvosa, todo esse ambiente não está disponível à fauna terrestre, que deve necessariamente movimentar-se na terra firme. Entretanto, apenas a porção de terra firme abrigada por esta TI não pode manter populações de animais saudáveis à sua perpetuação, muito menos sustentar a caça dos Paumari. Esse fator agrava-se quando são consideradas espécies com grandes áreas de vida, tais como antas, queixadas ou mesmo os predadores de topo de cadeia. Os problemas do tamanho e conformação da TI Paumari do Lago Paricá são evidentes quando mapeadas as áreas de caça da aldeia Terra Nova, que, em grande parte, localiza-se fora dos limites das áreas demarcadas. Embora as TIs Paumari do Cuniuá e do Lago Manissuã apresentem, proporcionalmente, maiores extensões de terra firme do que a TI Paumari do Lago Paricá, o maior entrave daquelas duas TIs concerne às características de seus limites, cujas fronteiras são marcadas, respectivamente, pelos igarapés Minoã e Cinhari. Ambos os igarapés facilitam o acesso às duas TIs, inclusive por invasores, em parte constituídos por caçadores profissionais na comercialização de carne de caça, oriundos das comunidades ribeirinhas nos arredores (Camaruã e Foz do Tapauá). A revisão dos limites dessas terras é uma demanda Paumari clara e fortemente embasada nos dados científicos sobre a fauna de médio e grande porte.

Embora a bacia do rio Tapauá seja atualmente uma das áreas mais preservadas da Amazônia, uma vez fora do caminho do avanço da fronteira agrícola, a presença de recursos

naturais renováveis e não renováveis tem atraído usuários externos de diversos níveis sociais e econômicos, seja moradores do entorno, pescadores da frota pesqueira e madeireira dos centros urbanos, ou, até mesmo, das grandes corporações interessadas em minérios, gás natural e petróleo. Além disso, os Paumari e os ribeirinhos estão aumentando sua população, demandando cada vez mais recursos e mais áreas para seu sustento. Neste contexto, diagnosticar e monitorar a biodiversidade e os recursos naturais são de fundamental importância para a conservação local e perpetuação dos valores físicos e culturais do povo Paumari.





REFERÊNCIAS:

ALEIXO, Josinaldo (Org.) . Memorial da Luta pela RESEX Ituxi - Lábrea - AM. 1. ed. Brasília: IEB, 2012. v. 2000. 82p

ALMEIDA, F. V. R & SOUZA, C. N. I. (Orgs.). Gestão territorial em terras indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012. 268 p. : (Coleção educação para todos ; v. 39. Série vias dos saberes ; n.6)

APOLONI R C, e SILVEIRA, G F V. Vigilância territorial indígena: algumas experiências da OPAN junto aos povos Deni e Paumari – AM, Cuiabá, 2010 UN Positivo. Monografia de especialização.

BAINES, Stephen G. As terras indígenas no Brasil e a “regularização” da implantação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia. Artigo *online*, 2009. Disponível em:
<http://br.monografias.com/trabalhos/terras-indigenas-brasil-projetosamazonia/terras-indigenas-brasil-projetos-amazonia.shtml#top>. Acesso em 14 mai 2015.

CAMARGO, S. A. F. & CAMARGO, T.R.L, 2010. O manejo da pesca do pirarucu Arapaima Gigas na fronteira Peru, Brasil e Colômbia. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

CORREIA, Cloude de Souza. 2010. Mapeamentos Participativos e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. In: Amaral, José Januário de Oliveira & Leandro, Ederson Lauri (orgs.). Amazônia e Cenários Indígenas. Porto Velho/RO: Pedro e João Editores.

FRANCO, M. H. M. Novas configurações territoriais no Purus indígena e extrativista. In: Álbum Purus. Manaus : EDUA, 2011, v.1, p. 153-166. Gilton Mendes dos Santos (org.)

GREENPEACE, 2001. Índios Deni auto-demarcam suas terras na Amazônia para afastar ameaça de madeireiros. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/ndios-deni-auto-demarcam-suas/>, Visitado em 13/03/2015.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB, 2011.

Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas. Disponível em:

<http://iieb.org.br/index.php/programas-e-projetos/programa-sulam/conservacao-da-biodiversidade-em-terras-publicas/>, Visitado em 15/05/2015.

_____,(2014). **Diagnóstico e Elaboração Participativa do Plano de Desenvolvimento da Pesca no Município de Lábrea-AM.** Projeto Consbio, IEB, Brasília.

KROEMER, G. (1985). Cuxiuara: o Purus dos índigenas : ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo, SP, Brasil, Edições Loyola.

MENEZES, T. Expansão da Fronteira Agropecuária e Mobilização dos Povos Tradicionais no Sul do Amazonas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; (Org.). *Conflitos sociais no complexo madeira.* Manaus: UEA Edições, 2009, p. 231-246.

Programa Nova Amazônia: **Manejo do pirarucu Paumari.** (Episódios 20 e 21), realização TV cultura Amazonas. Produção: Bruno Villela e Barbarah Israel. Manaus 2015. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/novaamazonia/episodio/o-manejo-de-pirarucu-paumari-parte-1/> / <http://tvbrasil.ebc.com.br/novaamazonia/episodio/o-manejo-de-pirarucu-paumari-parte-2/>

SCHRÖDER, Peter; COSTA JÚNIOR, Plácido. Levantamento etnoecológico do complexo Médio Purus II. Fortaleza/Cuiabá :s.ed., s.d.. 246 p. (Relatório para o PPTAL, mimeo)

SCHROEDER, I. (org.). OPAN: 40 anos de parceria com os Povos Indígenas. Cuiabá, MT:OPAN, 2009.







Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-67133-10-2
9 788567 133102

Realização:



Apoio institucional:



Patrocínio:



